



**CONGRESSO NACIONAL**

**COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS  
PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO**

# **ORÇAMENTO PARA 2003**

**(PROJETO DE LEI Nº 60/2002-CN)**

## **RELATÓRIO APRESENTADO PELO COMITÊ DE RECEITAS PARA A PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA DE 2003**

**Presidente: Deputado JOSÉ CARLOS ALELUIA (PFL/BA)**  
**Relator-Geral: Senador SÉRGIO MACHADO (PMDB/CE)**

21/11/2002



## **CONGRESSO NACIONAL**

**COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO  
RELATÓRIO DO COMITÊ DE AVALIAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA**

**Relatório do Comitê de Avaliação da Receita Orçamentária.  
Projeto de Lei nº 60, de 2002–CN, que "Estima a Receita e fixa  
a Despesa da União para o exercício financeiro de 2003".**

### **I – CONSIDERAÇÕES INICIAIS**

Este Relatório constitui o resultado do trabalho desenvolvido pelo Comitê de Avaliação da Receita Orçamentária, de que tratam o art. 11 da Resolução nº 1, de 2001, e os itens 24 e 25 do Parecer Preliminar, objetivando identificar, mediante revisão das estimativas de receitas contidas na proposta orçamentária, recursos adicionais com que contarão os Relatores para dar prosseguimento ao exame da programação constante do projeto de lei orçamentária para 2003.

A revisão das estimativas de receitas é realizada ao amparo do que estabelece o art. 166, § 3º, III, “a”, da Constituição e em obediência ao disposto no art. 12 da Lei de Responsabilidade Fiscal, bem como precede a apreciação da programação de despesas contida no projeto de orçamentária e das emendas a ela apresentadas.

Não pode deixar de ser aqui ressaltado que a tramitação do orçamento no Congresso é a etapa do processo orçamentário que melhor reúne condições para o debate sobre a disponibilidade e alocação dos recursos federais, haja vista que se o Congresso abdicar de sua atribuição de reavaliar corretamente a receita e apropriar o eventual excesso de arrecadação, tal tarefa teria de ser executada pelo Executivo, no decorrer do exercício, mediante a abertura de créditos adicionais, com a alocação dos recursos excedentes em condições de menor transparência para a sociedade.

Os valores identificados neste Relatório, observadas as normas estabelecidas nos itens 27 e 28 do Parecer Preliminar, somar-se-ão aos que os Relatores estão autorizados pelo referido Parecer a usar no acolhimento de emendas, em decorrência de cancelamento de dotações no PL 60/02.

Não poderia deixar de ser aqui destacado que, paralelamente ao desenvolvimento das atividades do Comitê, foi noticiado na Imprensa, com alguma insistência, que o Comitê e a Comissão Mista de Orçamento do Congresso estariam apostando na volta da inflação, mediante a proposição de "receitas inflacionárias". A improcedência destas notícias ficará demonstrada ao longo deste Relatório.

### **II - O DESENVOLVIMENTO DOS TRABALHOS DO COMITÊ**

#### **II.A - PREMISSAS BÁSICAS**

O Comitê de Avaliação da Receita Orçamentária decidiu, de pronto, adotar as seguintes premissas básicas para o desenvolvimento dos seus trabalhos:



## CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO  
RELATÓRIO DO COMITÊ DE AVALIAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA

1. deveria ser utilizada a mesma metodologia adotada pela Secretaria da Receita Federal para a estimativa das receitas por ela administradas, conforme detalhamento contido nas Informações Complementares ao PL n.º 60/02;
2. deveria ser utilizada a mesma metodologia adotada pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para a estimativa dos valores nominais do PIB para 2002 e 2003;
3. deveriam ser mantidos os valores utilizados pelo Poder Executivo, na elaboração do projeto de lei orçamentária para 2003, relativamente à variação percentual real do PIB para 2003 e à variação percentual "ponta a ponta" do IGP-DI/FGV para 2003, de modo a não influenciar as expectativas de investidores e analistas econômicos.

### II.B – AUDIÊNCIAS

Em seqüência, o Comitê convidou o Ministro da Previdência e Assistência Social e o Secretário da Receita Federal para audiência no dia 6 de novembro próximo passado.

Das informações trazidas pelo Ministro, merecem destaque as duas que estão resumidas a seguir:

1. Estaria sendo encaminhado ao Congresso Nacional Projeto de Lei dispendo sobre a retenção e o recolhimento da contribuição do contribuinte individual (autônomos, empresários e cooperados de cooperativas de trabalho) pela empresa tomadora de seus serviços. Esta mudança da sistemática de arrecadação, tenderia a proporcionar uma arrecadação adicional de R\$ 500 milhões por ano;
2. Existiria proposta de implementação da sistemática de cobrança automática de diferenças de contribuições, apuradas no batimento entre os valores declarados em Guia de Recolhimento do Fundo de Garantia e Informações Previdenciárias – GFIP e os efetivamente recolhidos. O potencial de arrecadação adicional em decorrência da citada implementação seria significativo, podendo alcançar, no exercício de 2003, R\$ 500 milhões, dependendo, no entanto, de que fosse adequada a dotação orçamentária relativa ao aparelhamento da DATAPREV.

Das informações trazidas pelo Secretário, merecem destaque as que estão resumidas a seguir:

1. A prorrogação da alíquota máxima do imposto de renda da pessoa física (IRPF), de 27,5%, seria da maior importância pois significariam receitas brutas novas (não previstas na proposta) da ordem de R\$ 1,8 bilhão em 2003, das quais R\$ 950 milhões para a União;



## CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO  
RELATÓRIO DO COMITÊ DE AVALIAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA

2. As receitas extraordinárias – que não ocorrerão novamente, não devendo portanto ser somadas à base de futuras projeções, – alcançariam em 2002, de acordo com os critérios de classificação do órgão, mais de R\$ 20,0 bilhões<sup>1</sup>;
3. Além dos valores inscritos em dívida ativa, haveria um total de créditos em cobrança, sob administração da SRF, da ordem de R\$ 230,4 bilhões. Deste montante, apenas R\$ 73,1 bilhões seriam dívidas já reconhecidas por pessoas jurídicas e físicas e R\$ 157,3 bilhões se refeririam a processos em julgamento (o aumento da alíquota da COFINS, em 1999, de 2% para 3%, e as liminares favorecendo as distribuidoras de combustíveis no caso do recolhimento do PIS/Pasep, COFINS e CIDE-Combustíveis). No entanto, apenas uma pequena parte destes montantes poderia resultar em receitas extraordinárias, ainda assim, em função de um bem sucedido esforço de arrecadação.

### II.C – REAVALIAÇÃO DA RECEITA EM DECORRÊNCIA DO AUMENTO DO IGP-DI E DO DESEMPENHO DA ARRECADAÇÃO EM 2002.

#### II.C.1 – ANTECEDENTES

A metodologia usada pelo Executivo para estimar a receita dos principais tributos arrecadados pela União e de algumas outras categorias de receitas: (a) emprega técnicas ditas *condicionais*, ou seja, os valores estimados dependem do comportamento esperado de outras variáveis econômicas; (b) usa o Produto Interno Bruto (PIB) como uma das variáveis da qual depende o comportamento da arrecadação, bem como a evolução do índice de preços medida pelo Índice Geral de Preços no conceito de disponibilidade interna (IGP-DI) da Fundação Getúlio Vargas; (c) usa, para determinar o comportamento da base tributária de algumas importantes parcelas da receita, indicadores específicos de preço e quantidade<sup>2</sup>; (d) considera os efeitos de mudanças na legislação, avaliados em função do comportamento observado da arrecadação em período ou períodos anteriores<sup>3</sup>; e (e) identifica e pondera as receitas extraordinárias decorrentes do esforço de arrecadação e as deduz da base da projeção; e (f) usa como base as receitas brutas efetivamente arrecadadas até junho de 2002.

---

<sup>1</sup> As receitas extraordinárias efetivamente arrecadadas até outubro foram usadas nos estudos que subsidiariam este relatório, como será assinalado adiante.

<sup>2</sup> Por exemplo, supõe-se na proposta que as alíquotas específicas do IPI - bebidas e fumo, assim como da CIDE sobre os combustíveis, permanecerão constantes em 2003. Sua alteração depende de lei, no caso da CIDE.

<sup>3</sup> Como da alíquota de 27,5% do imposto de renda das pessoas físicas.



**CONGRESSO NACIONAL**  
**COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO**  
**RELATÓRIO DO COMITÊ DE AVALIAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA**

Em exercícios anteriores, tem sido usual o Congresso levar em conta, na reestimativa das receitas, as taxas mensais de inflação efetivamente observadas ao menos até novembro, e, de dezembro em diante, as da proposta.

Esse tratamento, em que não era refeita a previsão dos valores não observados do índice de preços, sempre se justificou pelo interesse do Congresso em sinalizar para o mercado sua confiança na capacidade de o Governo fixar e atingir sua meta de inflação. Pela mesma razão, não era posta em dúvida a hipótese de crescimento real do PIB estimada pelo Executivo. A reavaliação das receitas com base na evolução dos preços, mais que compensa o fato de apenas uma pequena parcela das despesas obrigatórias não serem reestimadas.

## **II.C.2 - CRITÉRIOS**

A evolução dos preços é o principal parâmetro que se pode acompanhar e manter atualizado. Por isto mesmo, o Comitê decidiu adotar, para a reestimativa das receitas, procedimento semelhante ao que vem sendo utilizado pelo Congresso, qual seja o de substituir os valores do índice de preços (IGP-DI/FGV) previstos pelo Executivo pelos efetivamente observados até agora. Adicionalmente, em virtude da evolução recente da inflação, considerou necessário, também, atualizar as projeções de taxas mensais de novembro e dezembro de 2002.

Nesse contexto e observando as premissas básicas anteriormente relacionadas, a reestimativa das receitas foram realizadas considerando:

1. as taxas de inflação mensal, medidas pelo IGP-DI, efetivamente observadas até outubro, e as previsões mensais para os demais meses de 2002, com base nas expectativas de mercado constantes do Boletim FOCUS do Banco Central de 14 de novembro. A Tabela I, adiante, compara os índices considerados pelo Executivo na elaboração do projeto com os efetivamente observados e os divulgados pelo Banco Central;
2. a atualização da base-2002 utilizando a efetiva arrecadação nominal realizada até outubro e as previsões da própria Secretaria da Receita Federal (SRF) para novembro e dezembro, deduzidas as receitas extraordinárias por elemento da arrecadação e distribuídos por tributo os montantes do REFIS;
3. o universo da reestimativa restrito às receitas administradas pela Secretaria da Receita Federal: (a) afetadas pela variação de preços; (b) que acompanham a variação cambial, supondo que a taxa de câmbio real permaneça a mesma da proposta; (c) que respondem a variações da taxa de juros, supondo que os juros reais permaneçam os mesmos da proposta;



**CONGRESSO NACIONAL**  
**COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO**  
**RELATÓRIO DO COMITÊ DE AVALIAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA**

4. os mesmo efeitos “quantidade” e “legislação” subjacentes à proposta encaminhada pelo Poder Executivo;
5. a manutenção da hipótese de crescimento do PIB para 2002.

**Tabela I**  
**Taxas Mensais e Acumuladas de Variação do IGP-DI**  
**Estimativas Preliminares**  
**2000-2003**

Mês	IGP-DI (%)		
	Proposta	FGV	Mercado
Acumulado em 2000	9,80	9,80	...
Acumulado em 2001	10,40	10,40	...
Acumulado em 2002 até junho	4,09	4,09	...
jul/02	1,90	2,05	...
ago/02	0,94	2,36	...
set/02	0,53	2,64	...
out/02	0,45	4,21	...
Acumulado em 2002 até outubro	8,12	16,30	...
nov/02	0,39		3,50
dez/02	0,24	...	1,65
Acumulado em 2002	8,80	...	22,35
Acumulado em 2003	6,00	...	...

Fonte: Informações Complementares ao PL nº 60, de 2002; Fundação Getúlio Vargas; Banco Central do Brasil (Boletim Focus de 14 de novembro de 2002).

### **II.C.3 - RESULTADOS OBTIDOS - PREÇOS**

O impacto de taxas de inflação superiores ao previsto no segundo semestre se dá nos índices acumulado (ponta a ponta) e médio de 2002. O IGP-DI médio de 2003 é afetado pelo novos índices de 2002, mesmo com as taxas mensais de inflação em 2003 não sendo alteradas. A média de preços mais alta, tanto em 2002 quanto, conseqüentemente, em 2003, terá impacto na arrecadação dos tributos administrados pela SRF<sup>4</sup>.

Na elaboração de suas estimativas, o Executivo supôs que, em média, os preços estariam, em 2002, 9,48% mais altos que em 2001, e 7,39%, em média, em 2003. À luz de nossos cálculos, os preços estarão mais altos em média, em 2002, 12,92%, e 17,43% em 2003.. Conforme pode ser visto na Tabela II, a seguir, o desvio (aumento) nominal em 2003, em relação ao índice estabelecido na proposta para 2002, é de 12,77%.

<sup>4</sup> Às receitas de impostos federais cujo comportamento obedece a índice de preço específico indicado nas informações complementares foram aplicados fatores multiplicativos proporcionais, a fim de manter inalterada a relação de preços. A reavaliação dos índices afeta apenas parte da receita proveniente do imposto de renda das pessoas físicas e jurídicas, de acordo com as ponderações estabelecidas pela SRF.



**CONGRESSO NACIONAL**  
**COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO**  
**RELATÓRIO DO COMITÊ DE AVALIAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA**

**Tabela II**  
**Variação do IGP-DI Médio em 2002 e 2003**  
**Estimativas Preliminares (\*)**  
**(Base: Média de 2001=100)**

Período	IGP-DI			
	Proposta	Reestimado	Aumento Médio no Ano (%)	
			Proposta	Reestimado
Médio em 2001	100,00		...	...
Médio em 2002	109,48	112,92	9,48	12,92
Médio em 2003	117,58	132,60	7,39	<b>17,43</b>

Fonte: Tabela I e simulações.

(\*) Pequenas diferenças podem ocorrer devido a arredondamento.

## **II.C.4 - RESULTADOS OBTIDOS - RECEITAS**

Com base nestes indicadores, as receitas integrantes do universo mencionado no item II.C.2 deste Relatório foram reestimadas. O acréscimo bruto obtido foi de R\$ 16,7 bilhões. No entanto, este valor não pertence em sua totalidade à União, pois ampliam-se as transferências constitucionais.

Ademais, devem ser deduzidos alguns outros itens para que se obtenha os recursos efetivamente disponíveis para programação pelas Relatorias: o acréscimo nas transferências para os Fundos Constitucionais; os recursos do FAT, destinados a aplicações no âmbito do BNDES, ao Seguro-Desemprego e ao Abono Salarial<sup>5</sup>; os recursos vinculados ao Fundo da Pobreza e ao Ensino Fundamental; os acréscimos obrigatórios para a área de saúde e para formação do superávit primário<sup>6</sup>, vinculados ao PIB nominal<sup>7</sup>; os recursos necessários para atender os efeitos da elevação adicional do Salário Mínimo em função da inflação; e reserva para atender a necessidade de correção dos valores das dotações relativas às despesas obrigatórias não mencionadas anteriormente.

A Tabela III, adiante, espelha a disponibilidade de recursos decorrente da reestimativa das receitas, com as deduções supracitadas, que apresenta saldo da ordem de R\$ 6,8 bilhões.

<sup>5</sup> Parcela destes recursos atenderão os efeitos da elevação adicional do Salário Mínimo sobre os Seguro-Desemprego e o Abono Salarial.

<sup>6</sup> O superávit primário nos orçamentos fiscal e da seguridade social, constam da Proposta em montante equivalente a 2,25% do PIB, conforme determina a Lei de Diretrizes Orçamentárias.

<sup>7</sup> Cabe esclarecer que o valor nominal do PIB para 2002 e 2003 foi atualizado de acordo com o comportamento dos índices de preços relevantes (IPCA e IGP-DI) no ano de 2002, mantidas as hipóteses da proposta relativamente ao exercício de 2003, nas proporções em que as variações destes índices contribuem para o cálculo do seu deflator implícito. Na ponderação dos dois índices foi assegurada consistência com metodologia utilizada pelo Executivo na elaboração dos projetos de lei orçamentária para 2002 e 2003, confirmada pelo Ministério do Planejamento ao Relator-Geral.



**CONGRESSO NACIONAL**  
**COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO**  
**RELATÓRIO DO COMITÊ DE AVALIAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA**

**Tabela III**  
**Orçamento de 2003**  
**Recursos Adicionais Efetivamente Disponíveis como Resultado do**  
**Aumento do IGP-DI e da Arrecadação-Base 2002**  
**(R\$ milhões)**

<b>Acréscimo Bruto de Recursos</b>	<b>16.665,55</b>
Transferências de IR, IPI e ITR a Estados e Municípios (-)	2.083,10
Transferências para os Fundos Constitucionais (-)	124,08
Recursos Adicionais Mínimos para o Fundo da Pobreza (-)	434,35
Recursos Adicionais Mínimos para a Educação (-)	401,19
Recursos Adicionais para o Fundo de Amparo ao Trabalhador (-)	1.760,00
Recursos Adicionais Mínimos para a Saúde (-)	1.523,57
Aumento do Superávit (-)	1.954,67
Reserva p/Ajustamento de Despesas na Área da Previdência e Assist.Social(-)	1.140,00
Reserva para Correção das Demais Despesas Obrigatórias (-)	400,00
<b>Recursos Disponíveis a Programar</b>	<b>6.844,59</b>

Fonte: Elaboração das Consultorias da Câmara e do Senado

### **III – NOVAS RECEITAS DA PREVIDÊNCIA**

Além dos recursos explicitados no item II deste Relatório pode-se considerar, em consonância com o informado pelo Excelentíssimo Senhor Ministro da Previdência e Assistência Social e desde que sejam alocados recursos adicionais para modernização dos sistemas operados pela DATAPREV, acréscimo de receita de R\$ 500 milhões que decorreria da maior eficiência da sistemática de cobrança das contribuições previdenciárias. Esta receita adicionais deveria, no entanto, ser considerada no contexto da discussão do aumento real do Salário Mínimo.





**CONGRESSO NACIONAL**  
**COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO**  
**RELATÓRIO DO COMITÊ DE AVALIAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA**

Adicionalmente, cabe destacar a informação do Senhor Ministro de que estaria sendo encaminhado projeto de lei determinando a retenção e recolhimento da contribuição pela empresa tomadora de serviços, cuja aprovação poderia gerar elevação da arrecadação da Contribuição Previdenciária da ordem de R\$ 500, milhões em 2003. No entanto, estes recursos somente poderão ser considerados como receita condicionada quando do efetivo início de tramitação do projeto de lei em tela.

#### **IV – OUTRAS NOVAS RECEITAS**

Da mesma forma que a receita adicional relativa ao recolhimento da contribuição pela empresa tomadora de serviços, quaisquer outras hipóteses de novas receitas, como as decorrentes da manutenção da alíquota de 27,5% do imposto de renda da pessoa física e da elevação das alíquotas específicas da CIDE-Combustível, só poderão ser apropriadas no orçamento, como receitas condicionadas, se houver o correspondente projeto de lei ou medida provisória tramitando.

#### **VII – ANEXOS**

Encontram-se em anexo Quadros, contendo o detalhamento da reestimativa das receitas selecionadas e a explicitação dos índices utilizados para tal.

É o Relatório.

Senador **SERGIO MACHADO**,  
Relator Geral da Proposta Orçamentária

Deputado **EUNÍCIO DE OLIVEIRA**

Senador **ROMERO JUCÁ**

Deputado **JORGE BITTAR**

Senador **TIÃO VIANA**

Deputado **SERGIO MIRANDA**

Deputado **PEDRO FERNANDES**

QUADRO ANEXO I  
REESTIMATIVA DE RECEITAS DO ORÇAMENTO PARA 2003  
RECEITAS ADMINISTRADAS PELA SRF AFETADAS PELO AUMENTO DO IGP-DI E ACRÉSCIMOS POR NATUREZA E FONTE <sup>(1)</sup>  
(EM R\$)

Natureza	Fonte	Proposta 2003	Acréscimo	Novos Valores no Projeto
11110100 Imposto Sobre a Importação	100 P	7.364.950.021	734.131.000	8.099.081.021
	112 P	1.238.963.554	123.498.000	1.362.461.554
11110200 Imposto Sobre a Exportação	100 P	76.131.836	1.716.000	77.847.836
	112 P	12.807.224	288.000	13.095.224
11120100 Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rural	100 P	99.155.972	8.520.000	107.675.972
	102 P	111.161.402	9.552.000	120.713.402
	112 P	12.005.430	1.031.000	13.036.430
11120410 Imposto de Renda Pessoa Física <sup>(2)</sup>	100 P	1.846.780.502	124.365.000	1.971.145.502
	101 P	1.865.835.841	125.648.000	1.991.483.841
	112 P	257.247.153	17.323.000	274.570.153
11120421 Imposto de Renda Pessoa Jurídica-Líquida de Incenti	100 P	10.388.264.158	70.785.000	10.459.049.158
	101 P	10.495.451.749	71.515.000	10.566.966.749
	112 P	1.447.032.498	9.860.000	1.456.892.498
11120432 Imposto de Renda Retido nas Fontes-Capital <sup>(4)</sup>	100 P	6.844.238.373	235.213.000	7.079.451.373
	101 P	6.914.858.207	237.640.000	7.152.498.207
	112 P	953.367.683	32.764.000	986.131.683
11120433 Imposto de Renda Retido nas Fontes-Remessa ao E	100 P	2.386.299.820	215.742.000	2.602.041.820
	101 P	2.410.922.006	217.968.000	2.628.890.006
	112 P	332.399.459	30.051.000	362.450.459
11120434 Imposto de Renda Retido nas Fontes-Outros Rendim	100 P	1.332.287.092	101.856.000	1.434.143.092
	101 P	1.346.033.823	102.907.000	1.448.940.823
	112 P	185.580.832	14.188.000	199.768.832
11130103 Imposto sobre Produtos Industrializados-Automóveis	100 P	1.144.295.397	123.718.000	1.268.013.397
	101 P	1.702.109.547	184.027.000	1.886.136.547
	112 P	139.752.152	15.109.000	154.861.152
11130104 Imposto sobre Produtos Industrializados- Vinculado	100 P	2.325.674.677	-56.612.000	2.269.062.677
	101 P	3.459.380.387	-84.209.000	3.375.171.387
	112 P	284.033.338	-6.914.000	277.119.338
11130109 Outros Produtos	100 P	3.090.840.238	901.684.000	3.992.524.238
	101 P	4.597.544.193	1.341.232.000	5.938.776.193
	112 P	377.482.576	110.122.000	487.604.576
11130301 IOF - Comercialização do Ouro	119 P	3.010.783	904.000	3.914.783
11130309 IOF - Demais Operações	100 P	3.787.409.717	320.201.000	4.107.610.717
	112 P	637.134.346	53.865.000	690.999.346
Contribuição para o Financiamento da Seguridade				
12100100 Social - COFINS	100 P	10.825.946.619	1.161.776.000	11.987.722.619
	153 P	43.303.786.478	4.647.106.000	47.950.892.478
CPMF - Contribuição Provisoria Sobre				
Movimentação Ou Transm. De Valores e de Cred. E				
12101300 Dir. De Nat. Financeira	100 P	3.416.330.946	325.763.000	3.742.093.946
	155 P	13.665.323.786	1.303.053.000	14.968.376.786
	179 P	4.555.107.929	434.351.000	4.989.458.929
PIS/PASEP- Contribuições para os Programas de				
Integração Soc. E de Formação do Patrimonio do				
12103700 Servidor Publico	100 P	2.556.185.683	440.052.000	2.996.237.683
	140 P	10.224.742.736	1.760.208.000	11.984.950.736
12103800 Contribuição Social Sobre o Lucro das Pessoas Juris	100 P	2.024.393.172	217.115.000	2.241.508.172
	151 P	8.097.572.686	868.461.000	8.966.033.686
	900 P	219.999.996	23.594.000	243.593.996
	951 P	879.999.996	94.379.000	974.378.996
<b>Total das Receitas</b>		<b>179.239.832.013</b>	<b>16.665.546.000</b>	<b>195.905.378.013</b>

Fonte: PL n° 60, de 2001, FGV e Banco Central do Brasil. Elaboração das Consultorias.

<sup>(1)</sup> Multiplicador de preços 2003/2002: 1,12775

<sup>(2)</sup> Aplicado o multiplicador preços ponderado de 2002 e 2003, seguindo metodologia da SRF.

<sup>(3)</sup> Aplicados multiplicadores relativos a reestimativas de IGP de 2002 (sobre 8,6% da receita) e 2003 (91,4%)

<sup>(4)</sup> Aplicado o multiplicador de 2003 sobre 11,3% da receita.

<sup>(5)</sup> Aplicados multiplicadores relativos a reestimativas de IGP de 2002 (sobre 9,1% da receita) e 2003 (90,9%).

QUADRO ANEXO II  
REESTIMATIVA DE RECEITAS ADMINISTRADAS DO ORÇAMENTO DE 2003 POR NATUREZA E FONTE  
EFEITOS SOBRE A NOVA BASE 2002  
(EM R\$)

CÓDIGOS	RECEITAS ADMINISTRADAS REESTIMADAS PELO CONGRESSO	REALIZADA	ATÍPICAS (-)	REALIZADA (-) ATÍPICAS	REFIS (+)	BASE (2002) AJUSTADA	EFEITO PREÇO	EFEITO QUANT	EFEITO LEGISL	FONTE	TOTAL POR FONTE
11110100	Imposto Sobre a Importação	7.930.320.104	0	7.930.320.104	2.401.883	7.932.721.987	1,1743	1,0396	0,9770	100 112	8.099.081.021 1.362.461.554
11110200	Imposto Sobre a Exportação	79.331.499	5.000.000	74.331.499	858.629	75.190.128	1,1743	1,0300	1,0000	100 112	77.847.836 13.095.224
11120100	Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rural	205.593.219	0	205.593.219	0	205.593.219	1,1743	1,0000	1,0000	100 102 112	107.675.972 120.713.402 13.036.430
11120410	Imposto de Renda Pessoa Física	4.089.415.083	88.864.997	4.000.550.086	0	4.000.550.086	1,1654	1,0147	0,8957	100 101 112	1.971.145.502 1.991.483.841 274.570.153
11120421	Imposto de Renda Pessoa Jurídica-Líquida de Incentivos	30.648.427.034	12.196.924.115	18.451.502.919	221.866.652	18.673.369.571	1,1704	1,0287	1,0000	100 101 112	10.459.049.158 10.566.966.749 1.456.892.498
11120432	Imposto de Renda Retido nas Fontes-Capital	15.672.390.720	1.073.000.000	14.599.390.720	0	14.599.390.720	0,9260	1,1257	1,0000	100 101 112	7.079.451.373 7.152.498.207 986.131.683
11120433	Imposto de Renda Retido nas Fontes-Remessa ao Exterior	5.068.401.194	443.967.288	4.624.433.906	0	4.624.433.906	1,1743	1,0300	1,0000	100 101 112	2.602.041.620 2.628.890.006 362.450.459
11120434	Imposto de Renda Retido nas Fontes-Outros Rendimentos	2.816.375.095	298.337.687	2.518.037.408	30.769.126	2.548.806.534	1,1743	1,0300	1,0000	100 101 112	1.434.143.092 1.448.940.823 199.768.832
11130103	Imposto sobre Produtos Industrializados-Automóveis	2.642.054.076	-27.000.000	2.669.054.076	0	2.669.054.076	1,1372	1,0902	1,0000	100 101 112	1.268.013.397 1.886.136.547 154.861.152
11130104	Imposto sobre Produtos Industrializados- Vinculado à Importação	4.906.808.713	0	4.906.808.713	0	4.906.808.713	1,1743	1,0396	0,9885	100 101 112	2.269.062.677 3.375.171.387 277.119.338
11130109	Outros Produtos	8.535.099.986	0	8.535.099.986	109.866.440	8.644.966.426	1,1637	1,0357	1,0000	100 101 112	3.992.524.238 5.938.776.193 487.604.576
11130301	IOF - Comercialização do Ouro	3.236.941	0	3.236.941	0	3.236.941	1,1743	1,0300	1,0000	119	3.914.783
11130309	IOF - Demais Operações	3.985.646.357	18.552.492	3.967.093.865	246.036	3.967.339.902	1,1743	1,0300	1,0000	100 112	4.107.610.717 690.999.346
12100100	Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	50.241.258.925	1.381.374.031	48.859.884.894	695.467.539	49.555.352.432	1,1743	1,0300	1,0000	100 153	11.987.722.619 47.950.892.478
12101300	Contribuição Provisoria Sobre Movimentação Ou Transm. De Valores e de Cred. E Dir. De Nat. Financeira	19.708.553.090	114.474.004	19.594.079.086	274.344	19.594.353.429	1,1743	1,0300	1,0000	100 155 179	3.742.093.946 14.968.376.786 4.989.458.929
12103700	Contribuições para os Programas de Integração Soc. E de Formação do Patrimônio do Servidor Publico-pis/pasep	12.420.225.448	284.795.569	12.135.429.879	250.543.170	12.385.973.049	1,1743	1,0300	1,0000	100 140	2.996.237.683 11.984.950.736
12103800	Contribuição Social Sobre o Lucro das Pessoas Jurídicas	12.487.115.103	2.241.937.053	10.245.178.050	75.943.763	10.321.121.814	1,1704	1,0286	1,0000	100 151 900 951	2.241.508.172 8.966.033.686 243.593.996 974.378.996
TOTAL		181.440.252.587	18.120.227.235	163.320.025.351	1.388.237.583	164.708.262.934					195.905.378.013

QUADRO ANEXO III  
REESTIMATIVA DE RECEITAS ADMINISTRADAS DO ORÇAMENTO DE 2003 POR NATUREZA E FONTE  
EFEITOS SOBRE A NOVA BASE 2002<sup>(1)</sup>  
(EM R\$)

CÓDIGOS	RECEITAS ADMINISTRADAS REESTIMADAS PELO CONGRESSO	REALIZADA	ATÍPICAS (-)	REALIZADA ( - ) ATÍPICAS	REFIS (+)	BASE (2002) AJUSTADA
11110100	Imposto Sobre a Importação	7.930.320.104	0	7.930.320.104	2.401.883	7.932.721.987
11110200	Imposto Sobre a Exportação	79.331.499	5.000.000	74.331.499	858.629	75.190.128
11120100	Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rural	205.593.219	0	205.593.219	0	205.593.219
11120410	Imposto de Renda Pessoa Física	4.089.415.083	88.864.997	4.000.550.086	0	4.000.550.086
11120421	Imposto de Renda Pessoa Jurídica-Líquida de Incentivos	30.648.427.034	12.196.924.115	18.451.502.919	221.866.652	18.673.369.571
11120432	Imposto de Renda Retido nas Fontes-Capital	15.672.390.720	1.073.000.000	14.599.390.720	0	14.599.390.720
11120433	Imposto de Renda Retido nas Fontes-Remessa ao Exterior	5.068.401.194	443.967.288	4.624.433.906	0	4.624.433.906
11120434	Imposto de Renda Retido nas Fontes-Outros Rendimentos	2.816.375.095	298.337.687	2.518.037.408	30.769.126	2.548.806.534
11130103	Imposto sobre Produtos Industrializados-Automóveis	2.642.054.076	-27.000.000	2.669.054.076	0	2.669.054.076
11130104	Imposto sobre Produtos Industrializados- Vinculado à Importação	4.906.808.713	0	4.906.808.713	0	4.906.808.713
11130109	Outros Produtos	8.535.099.986	0	8.535.099.986	109.866.440	8.644.966.426
11130301	IOF - Comercialização do Ouro	3.236.941	0	3.236.941	0	3.236.941
11130309	IOF - Demais Operações	3.985.646.357	18.552.492	3.967.093.865	246.036	3.967.339.902
12100100	Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	50.241.258.925	1.381.374.031	48.859.884.894	695.467.539	49.555.352.432
12101300	Contribuição Provisoria Sobre Movimentação Ou Transm. De Valores e de Cred	19.708.553.090	114.474.004	19.594.079.086	274.344	19.594.353.429
12103700	Contribuições para os Programas de Integração Soc. E de Formação do Patrim	12.420.225.448	284.795.569	12.135.429.879	250.543.170	12.385.973.049
12103800	Contribuição Social Sobre o Lucro das Pessoas Jurídicas	12.487.115.103	2.241.937.053	10.245.178.050	75.943.763	10.321.121.814
TOTAL		181.440.252.587	18.120.227.235	163.320.025.351	1.388.237.583	164.708.262.934

Fonte: SRF e Consultorias.

<sup>(1)</sup> Realizada até outubro e previsão em novembro e dezembro.

QUADRO ANEXO IV  
REESTIMATIVA DE RECEITAS ADMINISTRADAS DO ORÇAMENTO DE 2003 POR NATUREZA  
VARIAÇÃO EM RELAÇÃO AO PROJETO DE LEI DE ORÇAMENTO  
(EM R\$)

CÓDIGOS	RECEITAS ADMINISTRADAS REESTIMADAS PELO CONGRESSO	PL 2003	REESTIMATIVA DO CONGRESSO	VARIAÇÃO
11110100	Imposto Sobre a Importação	8.603.913.575,00	9.461.543.411	857.629.836
11110200	Imposto Sobre a Exportação	88.939.060	90.944.610	2.005.550
11120100	Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rural	222.322.804	241.428.038	19.105.234
11120410	Imposto de Renda Pessoa Física	3.969.863.496	4.237.201.455	267.337.959
11120421	Imposto de Renda Pessoa Jurídica-Líquida de Incentivos	22.330.748.405	22.482.909.218	152.160.813
11120432	Imposto de Renda Retido nas Fontes-Capital	14.712.464.263	15.218.082.889	505.618.626
11120433	Imposto de Renda Retido nas Fontes-Remessa ao Exterior	5.129.621.285	5.593.385.072	463.763.787
11120434	Imposto de Renda Retido nas Fontes-Outros Rendimentos	2.863.901.747	3.082.854.401	218.952.654
11130103	Imposto sobre Produtos Industrializados-Automóveis	2.986.157.096	3.309.013.227	322.856.131
11130104	Imposto sobre Produtos Industrializados- Vinculado à Importação	6.069.088.402	5.921.353.514	-147.734.888
11130109	Outros Produtos	8.065.867.007	10.418.906.846	2.353.039.839
11130301	IOF - Comercialização do Ouro	3.010.783	3.915.173	904.390
11130309	IOF - Demais Operações	4.424.544.063	4.798.611.081	374.067.018
12100100	Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	54.129.733.097	59.938.616.100	5.808.883.003
12101300	Contribuição Provisoria Sobre Movimentação Ou Transm. De Valores e de C	21.636.762.661	23.699.930.891	2.063.168.230
12103700	Contribuições para os Programas de Integração Soc. E de Formação do Patrimônio do Servidor Público-pis/pasep	12.780.928.419	14.981.188.654	2.200.260.235
12103800	Contribuição Social Sobre o Lucro das Pessoas Jurídicas	11.221.965.850	12.425.517.869	1.203.552.019
<b>TOTAL</b>		<b>179.239.832.013</b>	<b>195.905.402.450</b>	<b>16.665.570.437</b>